

PODER EXECUTIVO DE PEJUÇARA



PROVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2021

DIREITO - DEFENSORIA PÚBLICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEJUÇARA

14/08/2021

DURAÇÃO DA PROVA: 2 HORAS

HORÁRIO: 9h

**USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO – NÃO
PREENCHER**

Nº DO CARTÃO RESPOSTA:

NOME COMPLETO DO (A) CANDIDATO (A):

Instruções:

Verifique, no caderno de provas, se:

- Faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- Há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas. Diferentes de respostas (a,b,c,d,e). Apenas uma constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- Não é permitido lançar qualquer informação na grade de resposta que propicie a sua identificação.
- É dever do candidato acompanhar o preenchimento do campo “uso exclusivo da comissão”, no término da prova.
- As provas não serão entregues aos candidatos, sendo, porém, permitida vista e cópia no ambiente da Prefeitura durante o prazo de recurso;
- Dever do candidato identificar a prova com seu nome de forma legível;
- A única folha que o (a) candidato (a) poderá levar é a de nº6, que consta a cópia da grade do cartão resposta.

QUESTÕES OBJETIVAS

01. (A Defensoria Pública Estadual ingressou com ação civil pública alegando, em síntese, que a Resolução nº xx, da Secretaria Estadual – que exige, em todos os concursos públicos na esfera estadual, que as candidatas mulheres apresentem exames médicos de mamografia (mulheres acima de 40 anos) e colpocitologia oncótica (Papanicolau) na avaliação de aptidão das candidatas para posse em cargos públicos – violaria a dignidade humana, a intimidade, a privacidade e integridade física e psicológica das mulheres, além de ferir os princípios da igualdade de gênero e da isonomia, uma vez que não há exigência de previsão equivalente aos candidatos homens. Após decisão parcialmente favorável na primeira instância, houve recurso e a Câmara do Tribunal de Justiça determinou a remessa dos autos ao Órgão Especial.

A respeito do caso é correto afirmar:

(A) No âmbito estadual, o controle difuso de constitucionalidade é exercido pelos juízes de primeira instância e vedado à segunda instância, que exerce o controle concentrado de constitucionalidade.

(B) Se o órgão fracionário declara expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público ou mesmo afasta sua incidência, no todo ou em parte, viola a Súmula Vinculante no 10 do STF, bem como o art. 97 da CF/88.

(C) No Brasil, adota-se o controle concentrado e difuso de constitucionalidade, o que permitiria à Câmara a declaração de inconstitucionalidade pretendida pela aplicação do controle difuso, sem remessa ao Órgão Especial.

(D) Não se trata de controle concentrado ou difuso de constitucionalidade, pois não ocorre a discriminação de gênero apontada, ou mesmo violação da igualdade ou isonomia entre mulheres e homens, uma vez que as diferenças biológicas justificariam o tratamento desigual.

(E) No controle difuso de constitucionalidade, caso haja pronunciamento do Órgão Especial do Tribunal, por solicitação discricionária do órgão fracionário, a decisão será indicativa.

02. Sobre a Repercussão Geral, é correto afirmar que:

(A) é um requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário criado pela jurisprudência dos Tribunais Superiores para impedir o prosseguimento dos recursos sem relevância constitucional;

(B) a relevância constitucional do tema e sua aptidão para repercutir em sujeitos além do processo são elementos da Repercussão Geral;

(C) o recorrente sempre deverá demonstrar os requisitos de relevância e transcendência através de uma preliminar formal, garantindo à parte a oportunidade de retificação;

(D) a negativa de Repercussão Geral pelo STF no recurso piloto não necessariamente afetará os recursos superiores que versem sobre a mesma matéria;

(E) decidida a Repercussão Geral, o STF deverá julgar o mérito, fixando a tese jurídica e determinando o seu alcance territorial.

03. A lotação de Defensores Públicos, de forma proporcional para atender a efetiva demanda, ocorrerá prioritariamente atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e de adensamento populacional, por previsão contida na

(A) Emenda Constitucional nº 45/2004.

(B) Lei Complementar no 90/1994.

(C) Constituição Federal já no texto de 1988.

(D) Emenda Constitucional no 80/2014.

(E) Emenda Constitucional no 41/2003.

04. A respeito da distribuição de competência legislativa na Constituição Federal de 1988, compete

(A) privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

(B) ao Município legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e Defensoria Pública.

(C) privativamente à União legislar sobre produção e consumo.

(D) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação.

(E) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção à infância e à juventude.

05. O afastamento da tipicidade, quando verificada lesão penalmente irrelevante decorrente de conduta formalmente incriminada, dá-se por:

- (A) princípio da adequação social.
- (B) princípio da intervenção mínima.
- (C) princípio da humanidade das sanções.
- (D) princípio da insignificância.
- (E) ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto (crime impossível).

06. A legítima defesa

- (A) é meio de exclusão da ilicitude em face de qualquer injusta agressão, desde que os bens jurídicos atacados sejam o patrimônio, a vida ou a integridade corporal.
- (B) é cabível ainda que o bem agredido esteja submetido a outra forma de especial proteção, como o proprietário que ameaça o inquilino para que preserve o imóvel.
- (C) se legitima como forma de exclusão da antijuridicidade diante de agressão injusta, entendida como aquela realizada mediante comportamento do agressor que implique em crime doloso.
- (D) quando praticada em excesso, após cessada a agressão, implica em punição na modalidade culposa.
- (E) exclui a antijuridicidade da conduta quando repele agressão injusta que esteja ocorrendo ou em vias de ocorrer, desde que a ação defensiva seja moderada e utilize os meios necessários.

07. Sobre a prescrição, é correto afirmar que

- (A) em caso de revogação do livramento condicional, a prescrição é regulada pelo resto de pena a cumprir.
- (B) o prazo mínimo de prescrição na legislação penal brasileira é de 3 anos.
- (C) a decisão confirmatória de pronúncia nos crimes submetidos ao Tribunal do Júri é causa suspensiva da prescrição.
- (D) em caso de concurso material de crimes, o cálculo prescricional incide sobre a soma das penas.
- (E) o crime de tráfico de drogas por ser equiparado a hediondo é imprescritível.

08. O vício redibitório e o erro substancial

- (A) geram a nulidade do negócio jurídico e, conseqüentemente, impõem a declaração de nulidade e a indenização pelos danos causados.
- (B) constituem espécies de vício da vontade, uma vez que o negócio não teria sido realizado se não se verificasse o vício ou erro.
- (C) são distintos uma vez que no primeiro o vício oculto pertence ao objeto adquirido, ao passo que no segundo, o vício é da manifestação da vontade.
- (D) dizem respeito somente ao âmbito da eficácia do negócio jurídico e apresentam como consequência o abatimento do valor pago.
- (E) constituem vício do objeto do negócio jurídico contraído, pois o objeto adquirido possui algum vício que torna a coisa inútil para o fim a que se destina.

09. Em relação à responsabilidade civil prevista no Código Civil, é correto afirmar:

- (A) Em regra, a responsabilidade é subjetiva e a indenização mede-se pela extensão do dano; no entanto, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- (B) Todas as situações de fato previstas podem implicar responsabilidade subjetiva ou objetiva, dependendo das circunstâncias a serem examinadas; a indenização mede-se sempre pela extensão do dano, somente.
- (C) Em regra, a responsabilidade é objetiva e a indenização mede-se pela gravidade da culpa; as atividades de risco conduzem à responsabilidade objetiva integral.

(D) Todas as situações de fato previstas no Código Civil dependem da caracterização de culpa ou dolo, presumindo-se a culpa quando a responsabilidade se der pelo risco atividade; a indenização será material ou moral e mede-se pelas consequências causadas à vítima.

(E) A reparação do dano material dependerá sempre de apuração de culpa, enquanto a reparação do dano moral dar-se-á pelo só fato da coisa; a indenização mede-se pela extensão do dano material ou pela gravidade da conduta do ofensor na apuração do dano moral.

10. Quando João completou 18 anos, Renato, seu pai, parou automaticamente de lhe pagar pensão alimentícia sob o argumento de que o filho já seria maior de idade, além de possuir condições para trabalhar. De acordo com Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a postura de Renato é

(A) incorreta, pois o dever de alimentar cessa, automaticamente, apenas com a conclusão dos estudos universitários.

(B) incorreta, pois a menoridade cessa aos 21 anos completos.

(C) incorreta, pois, mesmo no caso de atingimento da maioridade, o cancelamento de pensão alimentícia demanda prévia decisão judicial.

(D) correta, pois, com a maioridade, cessa o dever alimentar, independentemente de decisão judicial.

(E) correta, pois a capacidade para o trabalho desobriga o alimentante de pagar pensão alimentícia, independentemente de prévia decisão judicial.

QUESTÃO DISCURSIVA

O caput do artigo 59 do Código Penal possui a seguinte redação:

“Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime”.

Disserte sobre as funções declaradas da pena, em não menos que vinte linhas e não mais do que trinta linhas.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____

26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____
41. _____
42. _____
43. _____
44. _____
45. _____
46. _____
47. _____
48. _____
49. _____
50. _____

CÓPIA DA GRADE DO CARTÃO RESPOSTA – PARA CONFERÊNCIA

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----